

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Coordenação
e Desenvolvimento Regional do Centro

ASSUNTO: Parecer de localização sobre operação de deposição de resíduos em aterro

Requerente _____, contribuinte fiscal _____,
Residência/Sede _____, Código Postal _____ - _____,
_____, Telefone/Telemóvel _____, e-mail _____, vem requerer a V. Ex.^a,
para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto, alterado pelo
Decreto-Lei n.º 84/2011, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 88/2013, de 9 de julho, o parecer sobre a
compatibilidade da localização pretendida com os instrumentos de gestão territorial aplicáveis, necessário à
instrução do processo de licenciamento da operação de deposição de resíduos em aterro que pretende
realizar em _____, freguesia de
_____ e concelho de _____, tendo em conta que o aterro⁽¹⁾:

- Não está sujeito ao procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), conforme definido no Regime Jurídico de AIA (RJAIA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro;
- Não se localiza em área expressamente destinada a esse uso prevista em instrumento de gestão territorial (IGT);
- Não está inserido num estabelecimento sujeito ao regime de exercício da atividade industrial, cuja localização tenha sido apreciada no âmbito do respetivo procedimento para instalação e exploração de estabelecimento industrial.

⁽¹⁾ Artigo 15.º do DL 183/2009 - Articulação com o regime jurídico de urbanização e edificação - Sempre que a instalação do aterro envolva a realização de operação urbanística sujeita a controlo prévio nos termos do regime jurídico de urbanização e edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação atual dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o requerente pode apresentar à câmara municipal competente, antes de iniciado o procedimento de licenciamento previsto no presente capítulo, pedido de licença ou comunicação prévia, o qual apenas pode ser decidido pela câmara municipal após a decisão favorável ou favorável condicionada da entidade licenciadora relativa à aprovação do projeto a que se refere o artigo 21.º.

Para o efeito vem instruir o processo, juntando um exemplar em suporte papel e outro em suporte digital⁽²⁾, contendo os seguintes elementos:

1. Memória descritiva e justificativa, contendo a adequabilidade do projecto com as normas e princípios de ordenamento contidos no IGT aplicável	
2. Planta de localização à escala 1:25.000, com delimitação precisa do terreno	
3. Extracto das plantas do IGT aplicável e da carta da Reserva Ecológica Nacional (REN), com a delimitação precisa do terreno e da área de intervenção da pretensão	
4. Planta de localização à escala 1:1.000, 1:2.000 ou 1:5.000, onde se indique: <ul style="list-style-type: none"> – A área total do terreno e respetiva delimitação; – A área destinada às ações relacionadas com o aterro, contendo a respectiva delimitação e o valor da área afetada; – A implantação de eventuais edifícios construídos e/ou a construir; – As linhas de água existentes no terreno ou nas proximidades do mesmo 	
5. Os limites da área de intervenção do aterro, com a indicação das coordenadas geográficas dos seus vértices	

Tomo conhecimento de que, nos termos do Item III, n.º 3.2 da Portaria n.º 314/2010, de 14 de junho, o presente pedido encontra-se sujeito ao pagamento de taxa, com a possibilidade do mesmo ser feito da seguinte forma:

- Quando não há emissão prévia de guia de pagamento, por transferência bancária, para esta CCDR, para o IBAN PT50 078101120000000779854, com a referência do processo ou o nome completo do requerente;
- Quando há emissão prévia de guia de pagamento, por:
 - Multibanco (preferencialmente);
 - Cheque à ordem de Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP) ou Vale Correio à ordem da CCDRC, enviado por correio para a sede desta CCDR;
 - Numerário ou cheque na Tesouraria da CCDRC.

Nota: Ver valor das taxas no Portal da CCDRC (www.ccdrc.pt), em Ordenamento/Taxas

....., de de

O Requerente

⁽²⁾ O exemplar em suporte digital deverá apresentar as peças escritas e desenhadas nos formatos DOC e DWF, respectivamente. Os restantes elementos/documentos poderão ser apresentados noutros formatos digitais.